



ESTADO DE GOIÁS

OFÍCIO MENSAGEM Nº 223 /2023/CASA CIVIL

Goiânia, 28 de junho de 2023.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Estadual Bruno Peixoto  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás  
Palácio Maguito Vilela  
74884-120 Goiânia/GO

**Assunto: Veto parcial ao Autógrafo de Lei nº 338, de 2023.**

Senhor Presidente,

Reporto-me ao Ofício nº 623/P, de 2 de junho de 2023, que encaminhou à Governadoria o Autógrafo de Lei nº 338, do dia 1º do mesmo mês e ano (SEI nº [48768487](#)). Ele tramitou na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás com o Processo nº 2019006137 (SEI nº [48780143](#)) e na Secretaria de Estado da Casa Civil com o Processo nº [202300013001410](#). Sua ementa é: “Institui a Campanha de Alerta contra o Sarampo, no âmbito do Estado de Goiás”. Comunico-lhe que decidi, no uso da competência a mim conferida pelo § 1º do art. 23 da Constituição estadual, vetar o parágrafo único do art. 1º e os arts. 3º e 4º do autógrafo referenciado, pelas razões expostas a seguir.

#### RAZÕES DO VETO

Sobre a constitucionalidade e a legalidade da proposta, a Procuradoria-Geral do Estado – PGE, no Despacho nº 1.018/2023/GAB (SEI nº [48858790](#)), recomendou o veto jurídico dos citados dispositivos. De acordo com a PGE, o disposto no parágrafo único do art. 1º e nos arts. 3º e 4º do autógrafo interfeririam no campo da autonomia constitucional do Governador do Estado. Assim, o que se buscou preceituar requer veto. Registrou-se que haveria repercussão na forma como a política pública seria implementada, que deveria ser definida pelo Poder Executivo, ao qual cabem a elaboração do respectivo plano de trabalho e a execução conforme a sua conveniência.

Verifica-se, portanto, inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa. Além disso, seria desconsiderado o princípio da separação dos Poderes, previsto no art. 2º da Constituição federal, o que tornaria a norma também inconstitucional sob o aspecto material.

Assim, em razão do pronunciamento da PGE, vetei parágrafo único do art. 1º e os arts. 3º e 4º do Autógrafo de Lei nº 338, de 2023. Fiz isso por meio do despacho dirigido à Secretaria de Estado da Casa Civil, inclusive com a determinação de serem lavradas as razões que ora subscrevo e ofereço a esse Parlamento.

Atenciosamente,

RONALDO CAIADO  
Governador do Estado